

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 18 de agosto de 2017.

Edição nº 2205

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 281/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- nos termos do Provimento n.º 11/2016, o Promotor-Assessor RICARDO SCHINESTOCK RODRIGUES, ID n.º 3437485, para, como Secretário-Executivo, integrar o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (PR.00686.00186/2017-0 - Port. 2731/2017).

- com base no art. 4º do Provimento n.º 85/2015, os Promotores-Assessores MÁRCIO SCHLEE GOMES, ID n.º 3433935, MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, ID n.º 3425592, para Coordenarem o Núcleo de Auxílio à Pesquisa – NAP, na área criminal e não criminal, respectivamente (PR.00686.00186/2017-0 - Port. 2734/2017).

- com base no art. 1º, §2º, do Provimento n.º 46/2016, o Promotor-Assessor MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, ID n.º 3425592, para exercer a função de Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Casos Repetitivos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (PR.00686.00186/2017-0 - Port. 2735/2017).

REVOGAR

- com base no art. 4º do Provimento n.º 85/2015, a Portaria n.º 1765/2017, que reconduziu, a contar de 12 de junho de 2017, o Dr. LUCIANO DE FARIA BRASIL, Promotor de Justiça, ID n.º 3428206, como Coordenador do Núcleo de Auxílio à Pesquisa – NAP (PR.00686.00186/2017-0 - Port. 2732/2017).

- com base no art. 1º, §2º, do Provimento n.º 46/2016, a Portaria n.º 3086/2016, que designou, a contar de 03 de outubro de 2016, o Procurador de Justiça Dr. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO, para exercer a função de Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Casos Repetitivos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (PR.00686.00186/2017-0 - Port. 2733/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 1910/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

A. DETERMINAR, com fulcro no artigo 198 e inciso I do artigo 200, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, a instauração de Sindicância para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00043/2017-4**, que, em tese, infringiu o **inciso II do artigo 177** da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, ficando sujeito às penas do artigo 187, da mesma legislação.

B. DESIGNAR o Promotor de Justiça - Assessor, **Dr. André Fernando Janson Carvalho Leite**, ID 3357376, como

Sindicante e **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, como Secretária.
DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 282/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar de 18 de agosto de 2017, a Portaria n.º 1130/2015, que autorizou o afastamento do servidor MARCOS KERSTING SOARES, Motorista, ID n.º 3432327, a fim de desempenhar mandato classista junto à Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais - FENASEMPE, ficando, até o término de seu mandato, dispensado do exercício das atribuições de seu cargo, sem prejuízo da situação funcional ou remuneratória, exceto promoção por merecimento, nos termos dos arts. 64, XIV, "f", e 149, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, e na Lei Estadual n.º 9.073/90 (PR.00958.03950/2017-7 - Port. 2689/2017).

AUTORIZAR

- no período de 18 de agosto de 2017 a 28 de junho de 2021, o servidor MARCOS KERSTING SOARES, Motorista, ID n.º 3432327, a afastar-se de suas funções, a fim de desempenhar mandato classista no cargo de Vice-Presidente Nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST, ficando, até o término de seu mandato, dispensado do exercício das atribuições de seu cargo, sem prejuízo da situação funcional ou remuneratória, exceto promoção por merecimento, nos termos dos arts. 64, XIV, "f", e 149, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, e na Lei Estadual n.º 9.073/90 (PR.00958.03950/2017-7 - Port. 2690/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de agosto de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 077/2017

SGA Nº 00677.000.200/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: CP ELETRÔNICA S/A; **OBJETO:** prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, dos equipamentos adquiridos pela CONTRATANTE, conforme especificações do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA; **VALOR TOTAL:** R\$ 56.506,44; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da lei Federal 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS****BOLETIM N.º 142/2017**

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00062/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Regina Nunes Villanova. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar possíveis irregularidades na contratação da empresa Porto Rede Construções e Instalações para a realização de reforma na Escola Estadual Rui Barbosa, neste Município. INVESTIGADOS(S): Infinito Construções e Instalações Ltda e Porto Redes Construções e Instalações Ltda. LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00025/2015. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: apurar eventual irregularidade na fiscalização e uso do cartão combustível para veículos pertencentes ao Município de Viamão. INVESTIGADOS(S): Carlos Guilherme Brendel e Nélson de Souza e Silva. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01211.00012/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: investigar a notícia de irregularidades na prestação de contas do evento denominado Rodeio Crioulo de OSÓRIO, promovido com o emprego de recursos públicos pertencentes ao município de Osório. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00718.00044/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: apurar eventuais atos de improbidade administrativa, consistentes na utilização de materiais publicitários com conteúdo em desacordo com o preconizado no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, caracterizando promoção pessoal em detrimento do estrito interesse público, configurando, ainda, afronta aos princípios da impessoalidade e legalidade. INVESTIGADO: Júlio Cezar Vinholes Pintos - ex-prefeito. LOCAL DO FATO: Aceguá

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00800.000.049/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: investigar supostas irregularidades nas dispensas de licitação 2050/2016, 2188/2016, 1953/2016 e 2078/2016. INVESTIGADO(S): Município de Júlio de Castilhos. LOCAL DO FATO: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01211.00013/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: investigar a notícia de eventual descumprimento da carga horária por parte do servidor público Wesley Salt, vinculado ao município de Osório, que atua junto à penitenciária modulada de Osório. INVESTIGADO(S): Wesley Salt. LOCAL DO FATO: Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01686.000.272/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Giron. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: possível inexistência de controle, pelo Município de Panambi, na emissão de alvarás sanitários e o funcionamento de atividade desprovida de licença ambiental, no ano de 2017, inicialmente instruído com cópias do AT.00819.00043/2017. INVESTIGADO(S): Município de Panambi, Carlos Gilberto Kamm. LOCAL DO FATO: Município de Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01794.000.003/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: "utilização indevida de caminhão da Prefeitura Municipal de Mostardas em mudança particular". INVESTIGADO(S): Diomar da Silva Milanezi. LOCAL DO FATO: Rua Leo Luiz Velho - Mostardas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00907.00023/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Soledade. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tânia Maria Hendges Bitencourt. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade. OBJETO: "apurar situação de nepotismo junto ao Executivo Municipal de Mormaço, tendo em vista a nomeação de Liliana Lautert Portela Turela e a contratação de Maria Loraci Turela Parisotto". INVESTIGADO: Rodrigo Jacoby Trindade, Prefeito Municipal de Mormaço/RS. LOCAL DO FATO: Município de Mormaço.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00884.00014/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karen Cristina Mallmann. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: irregularidade na anuência prestada pelo prefeito municipal de São Gabriel com a venda do imóvel matriculado sob o nº 22.927 doado a empresa que descumpriu as condições estabelecidas na lei municipal nº 3.082/2008. INVESTIGADOS(S): Apicultura Jobim Ltda Me e Roque Montagner LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00718.00043/2017. PROMOTORIA DE



JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: apurar a regularidade e a constitucionalidade do Processo Seletivo Simplificado lançado pelo Município de Bagé, regido pelo edital n.º 001/2017 e os subsequentes, visando à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. INVESTIGADO: Município De Bagé. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00884.00012/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karen Cristina Mallmann. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: irregularidades na rescisão do contrato n.º 060/2012 e contratação mediante dispensa de licitação de instituição financeira para prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares dos servidores da administração pública municipal direta do município de São Gabriel. INVESTIGADO(S): Roque Montagner. LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00907.00022/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Soledade. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tânia Maria Hendges Bitencourt. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade. OBJETO: "apurar possíveis irregularidades na prorrogação dos contratos administrativos decorrentes do certame Pregão Presencial n.º 03/2014, o qual se encontra com prazo de vigência vencido (prazo máximo de 24 meses)". INVESTIGADO: Município de Mormaço/RS. LOCAL DO FATO: Município de Mormaço.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00884.00013/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karen Cristina Mallmann. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: irregularidades na rescisão do contrato n.º 028/2009 e celebração do contrato n.º 105/2016, tendo por objeto a locação do imóvel de matrículas n.º 16.577, n.º 12.021, n.º 6.971 e n.º 6.438, por valor mais elevado INVESTIGADO: ROQUE Montagner e Otávio De Vargas NETO INVESTIGADO(S): Roque Montagner LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00013/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Hélder Müller Estivalet. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: apurar possíveis atos de improbidade administrativa no município de Eugênio de Castro/RS. INVESTIGADO(S): município de Eugênio de Castro. LOCAL DO FATO: Eugênio de Castro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00763.00026/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: "investigar ocorrência de possível improbidade administrativa

na fiscalização do cumprimento de carga horária médica nos serviços prestados pela Clínica Médica Machado Mendes Ltda. ao Município de Campinas do Sul". INVESTIGADOS(S): Clínica Médica Machado Mendes Ltda. e Município de Campinas do Sul. LOCAL DO FATO: Campinas do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00763.00061/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: "investigar ocorrência de possível improbidade administrativa e/ou dano ao erário na contratação da empresa Moschetta Consultoria Tributária Ltda. pelo Município de Erechim para realização de serviços de orientar, assessorar e treinar os servidores da Secretaria da Fazenda nas atribuições de cobrança de ISS e ICMS e outros serviços prestados por meio do Contrato Administrativo n.º 487/2009 e respectivos Aditivos n.º 324/2010 e 370/2010, Contrato Administrativo n.º 447/2011 e Contrato n.º 475/2013". INVESTIGADOS(S): Ana Paula Variani Lando e Claudionor Dassoler (Gestores do Contrato), Diego Cantelle (Secretário Municipal de Obras Públicas e Habitação), Edgar Paulo Marmentini (Ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico), Gerson Leandro Berti e Renato Alencar Toso (Ex-Secretários de Administração), Moschetta Consultoria Tributária Ltda, Município de Erechim, Valdecir Moschetta e Valdemar Arthur Loch e Jandir Paulino Santolin (Ex-Secretários da Fazenda) LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil n.º 00794.00025/2017, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, por Rodrigo Ballverdú Louzada, 1º Promotor de Justiça Cível. OBJETO: investigar a ocorrência de burla à exigência constitucional de investidura em cargos públicos mediante concurso público na contratação de profissionais para atuar na administração do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (CISA) e apurar eventual ato de improbidade administrativa em decorrência desta prática. INVESTIGADOS: Hospital Bom Pastor, na pessoa de seu representante legal, e Consórcio Intermunicipal de Saúde do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (CISA), na pessoa do Presidente.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01910.000.055/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três de Maio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Melo de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio. OBJETO: apurar possível prática de abuso de poder cometido, em tese, pela Secretária Municipal de Saúde do Município de Boa Vista do Buricá, à época, a Sra. Roseli Kowalski. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Boa Vista do Buricá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00030/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar irregularidades na prorrogação de contratos emergenciais para os cargos de contratação autorizada pela Lei n.º 3.703/2015. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil n.º 00794.00023/2017, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, por Rodrigo Ballverdú Louzada, 1º Promotor de Justiça



Cível. OBJETO: apurar ocorrência e improbidade administrativa por parte de Maria Elizabete Rolim de Jesus, Diretora Executiva do CISA, no tocante ao indevido manejo de verbas do consórcio em questão, logrando vantagens indevidas mediante adiantamento de remuneração e ausência de desconto de empréstimo consignado contraído pela investigada. INVESTIGADA: Maria Elizabete Rolim de Jesus. LOCAL DO FATO: Ijuí.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00035/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar possíveis irregularidades nos processos licitatórios Convite 28/2013, Convite 04/2015 e Convite 27/2016, uma vez que o objeto dos dois últimos trataria de objeto já compreendido no bojo do primeiro. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00019/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar possível prática do ato de improbidade administrativa, previsto no art. 10, V, da Lei 8.429/93, por meio da contratação da empresa New Line, por parte do Município de Viamão, por preço superior ao praticado pelo mercado. INVESTIGADO(S): Não Consta. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00794.00024/2017, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, por Rodrigo Ballverdú Louzada, 1º Promotor de Justiça. OBJETO: apurar irregularidades no âmbito do convênio CISA – Municípios, no que tange à ausência de efetivo controle das consultas e exames realizados e a ocorrência de prestações de contas em desconformidade com os procedimentos adotados pelo consórcio. INVESTIGADO: CISA – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00783.00013/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: investigar eventuais irregularidades na aplicação de recursos do Programa Petrobrás Sustentável no Projeto Rio Limpo desenvolvido pela Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí - APNVG. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01802.000.220/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo dos Santos Rossi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: possíveis irregularidades na prestação de contas em convênios firmados na área da saúde. INVESTIGADO(S): Município de Guabiju, Município de São Jorge, Unidade Mista de Saúde de Guabiju. LOCAL DO FATO: Guabiju.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00935.00048/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rochelle Danusa Jelinek. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: apurar eventuais irregularidades no Pregão Eletrônico nº 03/2017, o qual visava aquisição de material de expediente para a Administração Municipal consistente em: alfinete para mural colorido, almofada para carimbo, apagador para quadro branco, apontador metálico com 1 furo, arquivo morto, atílio nº 18, barbante de algodão especial, blocos adesivos, bobina 2000 senhas, borracha de papelaria, caderno escolar espiral pequeno, caderno grande, caderno protocolo, caixa de correspondência, caneta esfereográfica azul, caneta esfereográfica vermelha, caneta esfereográfica preta, caneta marcador de texto amarela, caneta marcador de texto verde, caneta marcador para quadro branco preta, caneta marcador para quadro branco vermelha, caneta marcador para quadro branco azul, caneta permanente preta, CD-R, CD-RW, clips para papel tamanho 2, clips para papel tamanho 3, clips para papel tamanho 4, clips para papel tamanho 6, clips para papel tamanho 8, cola bastão, cola líquida branca, colchete nº 07, colchete nº 09, colchete nº 15, corretivo líquido, DVD-R, estilete largo 18 mm, etiqueta em formulário contínuo 04 carreiras, extrator de grampos, fita adesiva cristal, fita adesiva pequena, fita adesiva larga, fita adesiva crepe, folha A4 branca, grampeador profissional para até 240 folhas, grampeador universal de mesa, grampo para grampeador rapid 9/14, grampo para grampeador 26/6, grampo trançado níquelado nº 1, grampo trançado níquelado nº 2, grampo trilhado, lápis preto nº 02B, livro ata 100 fls, livro ponto capa dura, pasta arquivo suspensa, pasta AZ lombada estreita, pasta AZ lombada larga, pasta catálogo com 50 plásticos, pasta com aba e elástico, pasta polionda lombada estreita, pasta polionda lombada larga, pasta sanfonada, perfurador metálico, pilha alcalina AAA palito, régua de uso escolar, saco documento, tesoura 12 cm, tesoura 21 cm, tinta específica para carimbos auto entintados automáticos cor preta, tinta para almofada do carimbos cor preta, tinta para carimbo auto entintado a base de água, lousa quadro branco 120X90, lousa quadro branco 60X40, quadro branco standard, lixeira plástico 30cm, bobina térmica, estilete estreito 9mm, pasta catálogo PVC com 100 envelopes, pasta L em escritório, pen drive 16 GB, pen drive 32 GB, caderno grande universitário 96f, caderno grande universitário 200f, talão de lembrete 600 folhas, calculadora de mesa, envelope branco 114x1,62, envelope branco 114x229, etiqueta auto adesiva inkjet, papel colchete 180g, grafite 0.7, lixeira 10 litros, umedecedor em pasta, lapiseira 0.7, fita corretiva. INVESTIGADO(S): José Arno Appolo do Amaral. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00900.00043/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: investigar eventual omissão do Município de São Valentim em adotar providências para concluir o certame e proferir decisão relativa à eventual homologação do concurso público 01/2012. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de São Valentim. LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00783.00016/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar eventuais irregularidades na celebração do Contrato de Prestação de Serviços nº 75/2011 e do Contrato de Empreiteira de Obra nº 007/2015, ambos celebrados entre



o Município de Gravataí e a empresa DCS - CL Construtora e Pavimentadora Ltda. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí LOCAL DO FATO: Gravataí.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de Agosto de 2017.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 144/2017

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00714.000.024/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Antônio Prado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Stéfano Lobato Kaltbach. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Antônio Prado. OBJETO: documentação oriunda da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul sobre irregularidades na gestão de recursos pela Associação Pradense dos Universitários. INVESTIGADO(S): Associação Pradense dos Universitários. LOCAL DO FATO: Antônio Prado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01716.000.504/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: apurar supostas irregularidades na aplicação de verbas públicas destinadas ao custeio do transporte dos estudantes universitários. INVESTIGADO(S): Município de Arroio Grande. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00723.00033/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: apurar a realização de obras na UPA III mediante ajuste verbal, com dispensa de licitação e ausência de empenho prévio, no montante de R\$ 169.926,89. INVESTIGADOS(S): Analuza Construções Ltda. e Roberto Onório Miele. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00723.00035/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: apurar a promulgação, pelo Prefeito Municipal de Monte Belo do Sul, Adenir José Dallé, da Lei Municipal n.º 1.284/17 para fins de benefício individual de Natalino Paim, servidor municipal, mediante regularização de índices de construção

de imóvel embargado judicialmente. INVESTIGADOS(S): Adenir José Dallé, Prefeito Municipal de Monte Belo do Sul e Natalino Paim. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Outros Procedimentos Investigatórios - Procedimento Permanente. Nº DO PROCEDIMENTO: 00729.00012/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maristela Schneider. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: avaliação e acompanhamento do plano de cargos do Município de Cachoeira do Sul, de modo a se analisar as atribuições e necessidade dos cargos comissionados e funções gratificadas. INVESTIGADO(S): Município de Cachoeira do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00754.00008/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tássia Bergmeyer da Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: apurar possíveis obstáculos criados, em 2016, por agentes do governo do então Prefeito Municipal de Cruz Alta/RS, Juliano da Silva (mandato 2013-2016), à equipe de transição do Prefeito Eleito Wilson Roberto (mandato 2017-2020), impedindo o conhecimento da realidade administrativa, financeira e patrimonial do Município naquela época. INVESTIGADO(S): Município de Cruz Alta, na pessoa de Juliano da Silva. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00783.00115/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: investigar o descumprimento do art. 37, inciso V, da Lei Municipal nº 715 de 30 de abril de 1992, no que diz respeito ao artigo 5º, inciso I, o qual permite a concessão de até um quarto das funções gratificadas aos servidores não efetivos. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00783.00116/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar possível irregularidade na concessão de função gratificada à servidora Ana Karina Schiavi Basso. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00783.00117/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar possíveis irregularidades na Concorrência Pública nº 008/2014 referente à contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, seletivos, animais mortos e resíduos hospitalares. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00783.00118/2017. PROMOTORIA DE



JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar possíveis irregularidades na contratação emergencial de serviços de coleta e transporte de resíduos por meio de dispensa de licitação, bem como a realização de despesas do Contrato nº 101/2014 após o prazo de vigência do mesmo. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00783.00124/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar irregularidades no Pregão Eletrônico nº 024/2017. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00815.00008/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Manoel Luiz Prates Guimarães. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: possível irregularidades na contratação de serviços de hidrojateamento e sucção à vácuo e desobstrução de redes para o Município de NH. INVESTIGADO(S): Município de Novo Hamburgo. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00815.00007/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Manoel Luiz Prates Guimarães. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: irregularidades na contratação da FEEVALE para campanha contra a dengue e integrado a ASPEUR/FEEVALE e o Município de Novo Hamburgo. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00052/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Guilherme Giacomuzzi. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: apurar possíveis irregularidades na contratação emergencial de Karine da Costa Machado pelo DAER/RS, autorizada pela Lei Estadual nº. 14.269/2013 e prorrogações posteriores. INVESTIGADOS(S): Daer - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e Karine da Costa Machado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01623.000.481/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Baptista Caruso Mac-Donald. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: investigar eventual descumprimento pelo Grêmio Foot-ball Porto-alegrense do Termo de Permissão de Uso firmado com a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), em 16/12/2010, e de seu Aditamento de 30/01/2012, bem como a falta de critério de reajuste da tarifa portuária,

obrigatório segundo a Lei Federal nº 12.815/2013, art. 5º, inc. IV. INVESTIGADO(S): Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, Grêmio Foot-Ball Porto-alegrense. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00032/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Baptista Caruso Mac-Donald. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: apurar a fraude em licitação e a eventual prática de atos de improbidade administrativa por parte de funcionários públicos do Departamento Estadual de Esgotos Pluviais - DEP e particulares, em face de irregularidades na contratação e na execução dos serviços pela empresa JD Construções Ltda., bem como a falta, em tese, de fiscalização, por parte do Departamento de Esgotos Pluviais - DEP, dos serviços contratados, referentes a contratos de limpeza de equipamentos de drenagem e bacias de retenção (processo administrativo n.º 00.041173.10.4) e de reconstrução e implantação de redes e galerias de esgoto pluvial, na zona leste de Porto Alegre (processo administrativo n.º 001.041171.10.1). Local: Porto Alegre. Autor da representação: Ministério Público. Representados: JD Construções Ltda., CNPJ 00.277.894/0001-61; Paulo Guilherme Silva Barcellos da Silva, RG n.º 6049413294; Eduardo Trizotto Maia, RG n.º 5000937747; Gabriela Ribeiro Maia, RG n.º 7076786231; Eduardo Ribeiro Maia, RG n.º 7075463501; e outros a apurar. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01623.000.430/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Josiene Menezes Paim. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: possíveis irregularidades administrativas por parte das Administrações dos Estabelecimentos Prisionais, decorrentes da não localização dos livros pontos e de registros de plantões/escalas de servidores penitenciários da Superintendência dos Serviços Penitenciários, referentes aos exercícios de 2010 a 2015, os quais instruíram ações judiciais. INVESTIGADO(S): SUSEPE. LOCAL DO FATO: Estação do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00851.000.017/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Restinga Seca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca. OBJETO: apurar eventual irregularidade na contratação de servidores públicos por parte da Coordenação Estadual do SAMU, com fulcro no art. 37 da Constituição Federal. INVESTIGADO(S): Secretária da Saúde do Estado do rio Grande do Sul e Hospital de Caridade São Francisco de Restinga Sêca/RS. LOCAL DO FATO: Restinga Sêca.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00018/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: apurar possível descarte irregular de material escolar no final da



Avenida Buarque de Macedo. INVESTIGADO(S): Município do Rio Grande LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00861.00047/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: "Investigar a prática de improbidade administrativa por parte do vereador Alceu Crestani em razão da exigência de parte do salário de seus assessores na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul." INVESTIGADO: Alceu Crestani. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00865.00025/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jocelaine Dutra Pains. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: acompanhar o fiel cumprimento do TAC firmado entre Ministério Público do Trabalho e o Município de Itaara/RS, que versou sobre questões relativas às contratações de pessoal sem concurso público, relativo aos anos de 2008 até 2013, no âmbito do Executivo Municipal de Itaara/RS. INVESTIGADO: Município de Itaara/RS. LOCAL DO FATO: Itaara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00005/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janor Lerch Duarte. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: apurar possível concessão ilegal de benefícios administrativos e fiscais, mediante a prestação gratuita de serviços com máquinas pesadas do Município de Santa Rosa. INVESTIGADOS(S): José Miguel das Chagas e Maximo Altemir Martins LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00034/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Hélder Müller Estivalet. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: apura denúncia de possível ocorrência de nepotismo na prefeitura municipal de SANTO ÂNGELO/RS. INVESTIGADO(S): Município de Santo Ângelo. LOCAL: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00035/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Hélder Müller Estivalet. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: apura denúncia de ato de improbidade administrativa praticado pelo servidor público do município de Santo Ângelo, sr. Pedro Paulo Scolari Pillon. INVESTIGADO(S): Pedro Paulo Scolari Pillon. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00010/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Hélder Müller Estivalet. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: apura denúncia de possível ato de improbidade administrativa na prefeitura municipal de Eugênio de Castro. INVESTIGADO(S):

município de Eugênio de Castro; Adair dos Anjos Pires. LOCAL DO FATO: Eugênio de Castro.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00876.00004/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcéli da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: apurar a ocorrência de nepotismo no Poder Executivo do Município de Santo Augusto, envolvendo os servidores Naiane Camilo, Lourdes Benedita Stival, Lidiane Stival de Abreu, Fabiana Cazarolli Telles, Michele de Melo Radin, Resolaine Radin Sperotto, Marilize Eleziane Petry Sperotto, Dione Dagmar Sperotto, Dinara Depiere, Mayra Elisa Krampe e Marilene Machado da Cruz. INVESTIGADO(S): José Luiz Andriguetto, ex-Prefeito do Município de Santo Augusto, nascido em 29/04/1956, em Santo Augusto, filho de Lucidio Andrighetto e Inêz Andrighetto, RG 8006985512 e CPF 290.554.740-53. LOCAL DO FATO: Santo Augusto.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00876.00024/2015. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcéli da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: apurar a existência de dano ao erário em razão de irregularidades nos contratos administrativos nºs 067/2012 (oriundo do Pregão Presencial nº 074/2012) e 150/2013 (oriundo do Pregão Presencial nº 149/2013), firmados entre o Município de Santo Augusto e a sociedade empresária ENGESA – Engenharia e Saneamento Ambiental. INVESTIGADO(S): Poder Executivo do Município de Santo Augusto e ENGESA – Engenharia e Saneamento Ambiental. LOCAL: Santo Augusto.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00883.00011/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Aline Baldissera. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel. OBJETO: investigar a precariedade das estradas nas localidades de Rincão dos Bandeiras, Capão Alto, Rincão do Claro, Caieira e Corredor da Mutuca. INVESTIGADO(S): Município de São Gabriel. LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00038/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandra Carniel Antonio. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar o pagamento e a manutenção do mandato da vereadora Edite Rodrigues Lisboa pela Câmara de vereadores de São Leopoldo durante o período em que não compareceu às sessões legislativas em virtude de se encontrar em situação de foragida. INVESTIGADOS(S): Câmara de Vereadores e Edite Rodrigues Lisboa. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00900.00044/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: investigar eventuais irregularidades no funcionamento do Conselho



Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Erval Grande, em decorrência de possíveis vícios na eleição de seus membros e nos registros de suas atividades. INVESTIGADO(S): Município de Erval Grande. LOCAL DO FATO: Erval Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00907.00025/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Soledade. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tânia Maria Hendges Bitencourt. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade. OBJETO: "apurar possíveis inconformidades da Lei nº 3.812/2016, a qual dispõe sobre a gestão democrática no sistema municipal de ensino em Soledade/RS". INVESTIGADO(S): Município de Soledade/RS. LOCAL: Soledade.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01912.000.060/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: apurar e fiscalizar as condições de funcionamento da UPA de Três Passos. INVESTIGADO(S): Município de Três Passos. LOCAL DO FATO: Três Passos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.00029/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar eventuais irregularidades nos repasses de verbas à Sociedade Caritativa Desafio Jovem. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.00029/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar possível ocorrência de ato de improbidade administrativa consistente na dispensa reiterada de licitações, acima do limite legal, objetivando burlar o devido processo licitatório, causando prejuízo ao erário, nos termos do art. 10, VIII, da Lei nº 8.429/92. INVESTIGADOS(S): Alex Sander Alves Boscaiini, Az Mídia Comunicação Ltda, Editora Jornalística Jarros Ltda, Gerson Ubirajara Medeiros Bittencourt Me, Gráfica e Editora Correio Rural Ltda Me, Gráfica Editora Vale do Gravataí Ltda., Jornal Opinião de Viamão, Rbs Zero Hora Editora Jornalística S.A., Stylo Mídia Ltda e Viamão Mídia Comunicação Consultoria e Marketing Ltda. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.00067/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: apurar possível prática de ato de improbidade, por parte de Carla Viviane Pedroso da Silveira, consistente na simulação de prestação de serviço público, contrariando que dispõe o art. 9º, caput, da Lei 8.429/92. INVESTIGADOS(S): Carla Viviane Pedroso da Silveira e Jussemar da Silva. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01654.000.066/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: apurar eventuais irregularidades no CRVA Igrejinha, nos termos do Ofício 061-2014 Cofisc - DETRAN RS. INVESTIGADO(S): Leisa Dutra Lima. LOCAL DO FATO: Igrejinha, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01816.000.274/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pietro Chidichimo Junior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: analisar a necessidade de construção de uma passarela para pedestres sobre a ERS 240, km 09, próximo à lombada eletrônica, no Bairro Portão Velho, Município de Portão/RS. INVESTIGADO(S): Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER / RS, Município de Portão. LOCAL DO FATO: Portão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01804.000.080/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Greice Ávila Schmeing. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. OBJETO: contratação de engenheiro sem o devido processo seletivo. INVESTIGADO(S): Município de Palmares do Sul. LOCAL DO FATO: Palmares do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01908.000.194/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Coroas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Ramos Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Coroas. OBJETO: investigação de possível ato de improbidade administrativa, consistente na contratação, sem licitação, pela Prefeitura Municipal, de empresa para realização do evento denominado "Copinha". INVESTIGADO(S): Município de Três Coroas. LOCAL DO FATO: Três Coroas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01211.00016/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: investigar a notícia de ato que, em tese, atenta contra os princípios da administração pública, consistente na contratação de bandas para participação na festa de réveillon 2017, promovida em Atlântida Sul, pelo município de Osório. INVESTIGADOS(S): Município de Osório e Viviane da Silva Dutra-Me. LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de Agosto de 2017.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



BOLETIM N.º 145/2017

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00740.00045/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Dossena Lopes dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar eventual falta de condições de acessibilidade a portadores de deficiência na 1ª Delegacia de polícia de Canoas, localizada na Rua Siqueira Campos nº 42, em Canoas/RS. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00790.00004/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Herval. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Herval. OBJETO: Apurar deficiências na prestação do serviço de agente comunitário de saúde pelo Município, em razão da manutenção no cargo da servidora Elizandra Oliveira, sem que desempenhe suas funções e sem que seja substituída. INVESTIGADO(S): Município de Herval. LOCAL DO FATO: Herval.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00865.00002/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Fiscalização das Unidades Básicas de Saúde - UBS pela Vigilância Sanitária de Santa Maria. INVESTIGADO(S): Município de Santa Maria. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00023/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Squarça. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: Instar o estabelecimento investigado a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. INVESTIGADOS(S): Jaqueline Alcântara-Me e Jaqueline de Alcântara. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00024/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Squarça. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: Instar o estabelecimento investigado a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. INVESTIGADOS(S): Gilberto Luis Rahts e Lori Eliane Rath. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01912.000.060/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: Apurar e fiscalizar as condições de funcionamento da UPA de Três Passos. INVESTIGADO(S): Município de Três Passos. LOCAL DO FATO: Três Passos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01595.000.249/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Vera Cruz. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Fernanda Cassol Moreira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz. OBJETO: Apurar a falta de acessibilidade para cadeirantes no transporte coletivo urbano de Vera Cruz, figurando como investigada a Empresa de Transporte Coletivo Castro Ltda.. INVESTIGADO(S): Empresa de Transporte Coletivo Castro Ltda. LOCAL DO FATO: Vera Cruz.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00246/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas da emergência do Hospital Divina Providência. INVESTIGADO(S): Hospital Divina Providência. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00245/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas do Hospital Dom Vicente Scherer - Santa Casa de Misericórdia. INVESTIGADO(S): Hospital Dom Vicente Scherer - Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00148/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a ausência de fluxo adequado de autorização de transplantes intervivos entre cônjuges e parentes de até 4º graus no Estado. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00251/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida de Ortopedia Ombro na Capital.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2205

INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00250/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida de Ortopedia Mão Adulto na Capital. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00256/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Objeto: Averiguar eventual déficit na estrutura de assistência social a idosos em situação de vulnerabilidade social em Porto Alegre/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00249/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida de Ortopedia Joelho na Capital. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00247/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida em ortopedia coluna adulto na Capital. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00248/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida de Ortopedia Geral Adulto na Capital. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de Agosto de 2017.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.